

CURSO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

Novembro e Dezembro de 2015

Coordenação: Professora Doutora Elizabeth Fernandez

6 de Novembro

Sessão Inaugural de Abertura

Juiz Conselheiro Dr. António Calhau

(Presidente do Supremo Tribunal Administrativo)

Juíza Desembargadora Dra. Irene Gomes das Neves

(Juíza Presidente dos Tribunais Administrativos e Fiscais do Norte)

Professora Doutora Maria Clara Calheiros

(Presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho)

Professor Doutor Wladimir Brito

(Professor Catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho)

Processos de massa / Contratação pública / Emprego público

(Formadores: Cláudia Viana / Elizabeth Fernandez)

Processos de massa

Do vigente CPTA ao regime do novo CPTA. O que é um processo de massa? Que finalidades visa atingir? A particularidade dos procedimentos concursais. Problemas processuais específicos deste regime legal.

Contratação pública

O contencioso da contratação pública: do direito europeu ao direito nacional. Meios processuais principais e cautelares em contexto do procedimento pré-contratual: em especial as novidades da reforma.

Emprego público

Principais alterações da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Implicações processuais.

13 de Novembro

A ação administrativa urgente e não urgente

(Formadores: Elizabeth Fernandez / Fernando Martins Duarte)

A ação administrativa

Tipos de ação administrativa: a acção subjetiva e a ação objetiva. Formas processuais e pretensões processuais: ideias gerais. O papel do Ministério Público num processo de partes em que o juiz tem poderes especiais. O papel específico dos contrainteressados. Afinal o que é um contrainteressado? A citação nas acções administrativas: em particular a citação dos contrainteressados. O regime da revelia nas ações administrativas: há novidades? A novidade da reconvenção: especificidades. Poderes cognitivos do tribunal. A tramitação da ação administrativa: unificação.

Ações administrativas urgentes

A tutela administrativa urgente: impugnações e intimações (regime processual).

20 de Novembro

Ato administrativo (entre o procedimento e o processo)

(Formadores: Cláudia Viana / Ana Celeste Carvalho)

Afinal o que é um ato administrativo? Procedimento administrativo comum: em especial as conferências procedimentais e os acordos endoprocedimentais. Revogação e anulação do ato administrativo: regime. Novo regime de invalidade do ato administrativo. O aproveitamento do ato administrativo: há vícios e vícios. Impacto processual do novo regime de invalidade, revogação e anulação do ato administrativo.

Corpo formador:

Ana Celeste Carvalho (Juíza Desembargadora do TCA Sul e Docente do CEJUR)

Cláudia Viana (Professora Associada da EDUM)

Elizabeth Fernandez (Professora Auxiliar da EDUM)

Fernando Duarte (Juiz do TAC Lisboa)

Helena Afonso (Juíza do TAC Lisboa)

Paulo Pereira Gouveia (Juiz Desembargador do TCA Sul)

Organização:



Universidade do Minho
Escola de Direito

27 de Novembro

Ainda do ato administrativo: da omissão à execução

Algumas particularidades dos regulamentos

(Formadores: Cláudia Viana / Elizabeth Fernandez)

Ainda do ato administrativo: da omissão à execução

A omissão do ato administrativo. A omissão do ato administrativo e regime das impugnações administrativas. Impacto processual: relações possíveis entre as impugnações administrativas e o processo administrativo. O novo regime da execução de atos administrativos.

Algumas particularidades dos regulamentos

Regime procedimental de regulamentos. Regime de invalidade.

4 de Dezembro

A tutela cautelar no processo administrativo

(Formadores: Helena Afonso / Elizabeth Fernandez)

Generalidades sobre a tutela cautelar: o seu lugar na teoria geral do processo. Tutela cautelar a várias velocidades: o decretamento provisório. Pressupostos para o decretamento de medidas cautelares: novidades. A revogação/modificação de medidas cautelares e a caducidade das medidas cautelares. A transformação da tutela cautelar (instrumental) em tutela principal: regime. Providências cautelares específicas: em especial, a suspensão de eficácia e o famoso artigo 128.º do CPTA.

12 de Dezembro

Efeitos das sentenças administrativas / Recursos e execução

(Formadores: Elizabeth Fernandez / Paulo Pereira Gouveia)

Efeitos das sentenças administrativas

Efeitos das sentenças em geral: o âmbito do caso julgado. Em especial, o âmbito das sentenças dos tribunais administrativos: considerando cada tipo de sentença (limites objetivos e subjetivos do caso julgado). Ainda o problema dos contrainteressados. Possibilidade de extensão subjetiva dos efeitos da sentença.

Recursos

O regime da apelação nos processos urgentes e não urgentes. Poderes cognitivos do TCA. O recurso de revista excepcional: regime legal e balanço.

Execução de sentenças administrativas

Execução de sentenças administrativas: regime legal.

Encerramento

Palavras da Presidente do CEJUR

Duração: 40h

Período funcionamento e horários:

6, 13, 20, 27 de Novembro: 9h30 às 12h30 e das 14h30 às 18h30
4 e 12 de Dezembro: 9h30 às 12h30 e das 14h30 às 18h30

Local: Auditório Nobre da Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga

Inscrições: De 11 a 31 de Outubro (limitadas a um mínimo de 30 inscritos e a um máximo de 100)
Curso completo: € 300,00 / Cada módulo: € 60,00
Certificados entregues, presencialmente, no final do Curso

Pré-inscrições: De 1 a 10 de Outubro com 20% de desconto

Informações:

CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho